

O dilema da geopolítica em Angola: entre o “*Hearthland*” africano e o Atlântico Sul

ELI ALVES PENHA

“Os povos africanos devem ser senhores dos seus próprios destinos”

Agostinho Neto

RESUMO: Angola é um dos países mais ricos em recursos naturais e dinâmicos da África. Contudo, sua posição geográfica acarreta problemas relacionados à segurança. Na parte continental, conflitos representam uma ameaça potencial à estabilidade do sistema político. Na parte marítima, dificuldades tecnológicas e militares tornam o país vulnerável à pirataria e às investidas das grandes potências. O texto examina como Angola enfrenta esse dilema, considerando sua posição entre o *heartland* africano e o Atlântico Sul.

Palavras-chave: Geopolítica, África, Angola, Golfo da Guiné, Atlântico Sul



Angola's geopolitical dilemma: between the African “Heartland” and the South Atlantic

Abstract: Angola is one of the most dynamic countries in Africa, with a wealth of natural resources. However, its geographical position has entailed security problems. On the continental side, conflicts represent a potential threat for the stability of the political system. On the maritime side, technological and military difficulties make the country vulnerable to piracy and advances of major powers. The text examines how Angola has been facing this dilemma, considering its location between the African heartland and the South Atlantic.

Keywords: Geopolitics, Africa, Angola, Gulf of Guinea, South Atlantic.

ELI ALVES PENHA

Professor do Instituto de Geografia
da Universidade Estadual do Rio de
Janeiro.
elialvespenha@hotmail.com

RECEBIDO EM: 15 SETEMBRO DE 2015

APROVADO EM: 30 DE OUTUBRO DE 2015

1 INTRODUÇÃO

O continente africano é constituído por 54 países,¹ sendo 22 deles banhados pelas águas do Atlântico Sul. Resultado de uma divisão arbitrária, imposta pelo colonialismo europeu em toda a África, a forte fragmentação observada na costa atlântica africana pode ser atribuída à sua proximidade geográfica com a Europa e à pré-existência de pontos de apoio naval e de redes comerciais, as quais, em conjunto, representaram fatores competitivos, na disputa pelo domínio dos territórios.

Historicamente, a África serviu plenamente aos interesses coloniais europeus, nos dois períodos do desenvolvimento capitalista: no mercantilismo, através do fornecimento de escravos para “civilizar” a América; e, no contexto da segunda revolução industrial – com a escravidão definitivamente suplantada pela mão de obra livre nos países americanos –, através da divisão do continente em dezenas de territórios, para a produção exclusiva de produtos agrícolas e extrativistas. Nesse caso, mesmo após o movimento de descolonização das décadas de 1960 e 1970, as monoculturas agrícolas continuaram a ser praticadas, em muitos países africanos, para atender ao mercado europeu.

No século XXI, foi dada a largada para mais uma “corrida à África”, focada na exploração de seus recursos naturais estratégicos e na produção petrolífera *offshore*. A bacia do rio Congo, a África Austral e o Golfo da Guiné são alvos das grandes potências. A China, por exemplo, tem investido bilhões de dólares no desenvolvimento da infraestrutura do continente, como contrapartida para a exploração dos recursos naturais. Além da China, os outros atores com forte atuação na África são os Estados Unidos, a França, o Brasil, a Índia e o Japão.

A República de Angola, dispondo de um vasto território e posicionada entre as regiões mais ricas do continente, tem exercido um papel de destaque nessa nova geopolítica da África. Com 1.246.700 km² de extensão (o segundo maior país da África

1 Ou 55 países, dependendo do critério de classificação do Saara ocidental: para a União Africana, o Saara ocidental é um país; para a ONU, é um território não autônomo, disputado pelo Marrocos e pela Frente Polisário.

atlântica), o território angolano comporta inúmeras riquezas minerais e vastas terras férteis, localizadas em planícies fluviais e zonas de planaltos acima de 1.000m. A longa linha de fronteira continental (4.837 km) delimita o país com a República do Congo e a República Democrática do Congo (RDC) – antigo Zaire – ao Norte, com a Zâmbia à Leste e com a Namíbia ao Sul, indicando relações diplomáticas regionalmente diversificadas.

No âmbito marítimo, sua costa litorânea de 1.650 km. é a mais extensa do Atlântico africano, à frente da Namíbia (1.572 km) e da Nigéria (850 km). A Zona Econômica Exclusiva do país, com 518.433 km², é contemplada com grandes estoques de recursos pesqueiros e muito rica em petróleo, explorado em grandes quantidades na costa norte do país, próximo à foz do Rio Congo.

Com crescimento médio de 11,1% ao ano, entre 2001 e 2011, Angola é considerada um dos exemplos mais expressivos do chamado "renascimento africano" (PEREIRA, 2011, p.185). O forte crescimento econômico ajuda a impulsionar o seu papel de dinamizador regional, com capacidade para investir, inclusive, na ex-metrópole portuguesa, atualmente sofrendo forte crise econômica e dependente dos investimentos angolanos.

Esses fatos contrastam com a conturbada história vivida pelo país, até recentemente. Angola foi a mais longeva colônia europeia (desde 1482) e um dos últimos países a conquistar a independência (1975). O país teve ainda que superar uma das mais longas guerras civis africanas (1976 - 2002), travada entre o governo do Movimento Para a Libertação de Angola (MPLA) e a principal força de oposição, a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). Nesse conflito, envolveram-se tanto potências estrangeiras – EUA, URSS, Cuba – quanto potências regionais, como o Zaire e a África do Sul.

Os resultados obtidos no transcurso da política interna angolana impactaram positivamente o seu entorno regional, demonstrado pelo papel chave que teve o país, na luta pelo fim do *apartheid* na África do Sul, nas independências do Zimbábue e da Namíbia, além do auxílio das forças militares do país na queda do ditador do Zaire, Mobuto Sese Seku. Nesse sentido, a consolidação de um

espaço de paz e segurança na frente interna possibilitou que o país se lançasse para um projeto de inserção internacional, através da integração regional e de cooperação Sul-Sul (JOVETA, 2012).

Na atualidade, Angola defronta-se com o problema de garantir a segurança de suas fronteiras terrestre e marítima, ao mesmo tempo. Em ambas, os desafios que se apresentam são imensos. Na parte continental, os conflitos na África Central representam um potencial fator de risco para a estabilidade do sistema político nacional. Na parte marítima, dificuldades tecnológicas e militares tornam o país vulnerável às ameaças representadas pela pirataria e às investidas das grandes potências, avidamente interessadas nos ricos recursos naturais do país.

O interesse desse texto é investigar como Angola tem enfrentado esse dilema, considerando a sua posição de charneira entre o *heartland* africano e o Atlântico Sul. Para um melhor entendimento da questão, pretendo recorrer aos diferentes contextos históricos do país: a formação das fronteiras angolanas, no período colonial; o conflito pelo controle dos recursos do território, no período pós-independência; e o protagonismo exercido por Angola, na consolidação dos novos regionalismos no pós-guerra civil.

2 O COLONIALISMO PORTUGUÊS E A EXPANSÃO DAS FRONTEIRAS ANGOLANAS

Os portugueses foram os primeiros europeus a navegarem por toda a costa africana. Desde 1419, foram estabelecendo pontos de apoio comercial e naval, com o objetivo de controlar a “Carreira da Índia”. A circunavegação da costa africana pelos portugueses (ver Figura 1, abaixo) permitiu que a África subsaariana tivesse seus contornos cartografados, antes de ser efetivamente colonizada. A ausência de bons portos naturais, a dificuldade de interiorização, a partir dos grandes rios (o Rio Congo, por exemplo, só é navegável até 150 km da linha da costa), e o fato de que as atividades comerciais escravistas eram melhor negócio adiaram o projeto de colonização efetiva da África para o final do século XIX.

Figura 1: Mapa-mundi do século XVI



Fonte: Castro (1982).

Para os angolanos, então integrados ao Reino do Congo, o primeiro contato com os portugueses foi no ano de 1482, quando uma frota portuguesa comandada por Diogo Cão chegou à foz do rio Congo. Este episódio marca, na História do país, o início do longo processo de colonização, tendo o Atlântico Sul como a primeira plataforma de conquista e dominação.

O processo de colonização iniciou-se através de missões evangelizadoras e, mais tarde, por expedições militares. O principal ponto de apoio marítimo dos portugueses foi a barra do rio Kwanza, principal artéria de comunicação entre a costa e o interior. Através do rio, puderam negociar acordos comerciais com o Ngola ("Rei" na língua bantu), termo que depois seria utilizado para designar o próprio país (SANTOS, 1996).

Até o final do século XVIII, a presença portuguesa limitou-se somente a pontos específicos do litoral, como Luanda e Benguela, em cujos portos era feito o transporte regular de escravos para o Brasil. Graças às alianças articuladas com o reino congolês, o

estabelecimento desses pontos estratégicos no litoral representou uma das primeiras iniciativas dos portugueses para efetivar a ocupação total do território angolano.

O desenvolvimento da economia de base escravista no Brasil, portanto, significou o impulso principal de ocupação: conforme aumentava a demanda brasileira por mão de obra escrava, a penetração para o interior fazia-se cada vez mais necessária para a sua obtenção. Para isso, montou-se uma estrutura de intermediações entre os comerciantes do litoral e os pombeiros ou caçadores de escravos, que os buscavam no interior das terras de Angola. Contudo, a expansão territorial portuguesa só iria mesmo ocorrer no contexto da “corrida ao continente africano”, sinalizada pela Conferência de Berlim, em 1884.²

A Conferência de Berlim dividiu a África entre os países europeus e estabeleceu a presença militar, nos locais conquistados, como requisito para a manutenção do domínio. A Inglaterra e a França ficaram com o maior número de territórios, graças às expedições organizadas pelas sociedades de geografia de ambos os países, que ajudaram a definir, a partir das nascentes dos grandes rios, as “áreas de influência” sobre os territórios que caberiam a cada um deles no continente.³ Nessas expedições, tornaram-se célebres exploradores

2 Segundo Visentini (2012), a Conferência de Berlim representou a intensificação da corrida por esferas de influência na África, originada pela disputa entre capitalistas europeus e Estados africanos como Ashanti Benin e N'gola, que controlavam ferreamente as exportações de óleo de palma, amendoim, algodão, ouro e marfim. Por conta da crise econômica da década de 1870, era necessário abrir esse comércio para os europeus, tornando-se necessária uma ruptura do controle de acesso ao interior, até então, mantido por estes estados litorâneos.

3 Interessante observar que a colonização da África tornou-se imperiosa, no contexto da crescente intensificação dos fluxos comerciais no sentido Norte-Norte, motivada inicialmente pela construção do Canal de Suez (1869) e, depois, do Canal do Panamá (1914). A construção desses canais favoreceu a formação das Pan-Regiões que, na concepção geopolítica de Haushofer, permitiu uma divisão internacional do trabalho, constituído de uma zona central (cabeça) e uma periferia produtora de matérias-primas (corpo). Nesse sentido, o desenvolvimento industrial dentro da lógica capitalista concorrencial implicava em abrir o comércio direto para os produtos africanos e os manufaturados europeus, mas controlando-os territorialmente. Assim, sob os dogmas do “liberalismo”, as terras africanas converteram-se em espaços de produção de monoculturas, voltadas para atender as economias industrializadas das metrópoles europeias.

Em tese de doutorado intitulada *A Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil e o Sonho de um Novo Império Africano*, Cristina Mary mostra que as expedições organizadas pela Sociedade de Geografia de Lisboa refletiam o interesse português em ampliar o seu domínio territorial, além da faixa litorânea que, até então, caracterizara a sua presença no continente africano. Buscava, nesse intuito, fazer das possessões portuguesas no continente africano um “novo Brasil”. Tal intento compreendia efetivamente ocupar e povoar os territórios, sobretudo, de Angola e Moçambique, ambicionando-se a interligação entre os oceanos Atlântico e o Índico (MARY, 2010).

Esse projeto de ligação interoceânica será bloqueado pela Inglaterra, através do que ficou conhecido como um “ultimato” diplomático (1890). Nesse caso, a Inglaterra não só repudiou os planos portugueses, como exigiu a retirada imediata das suas forças militares dos territórios da antiga Rodésia, atuais Zâmbia e Zimbábue.

Na época, o mundo vivia sob a égide da *pax britannica* de hegemonia marítima e comercial. Na África, a Inglaterra almejava construir uma estrada de ferro, unindo a cidade do Cairo ao Cabo da Boa Esperança. Concebida por Cecil Rhodes, a ferrovia formaria uma “linha vermelha” de ligação das possessões inglesas de norte a sul, facilitando a colonização e o controle das redes de comércio em todo o continente. Outro objetivo inglês era controlar todas as passagens marítimas inter-oceânicas. Além do corredor marítimo Índico-Atlântico, favorecido pelo controle da Rota do Cabo, a Inglaterra passou também a se valer do Canal de Suez (a partir de 1882),⁴ como fator decisivo para fortalecer o monopólio do comércio marítimo entre o Índico e o Mediterrâneo. Essas seriam as razões objetivas para explicar a ferrenha oposição dos ingleses aos planos portugueses de criar de um corredor continental, ligando os oceanos Atlântico e Índico (RAMOS, 2009).

O desfecho do atrito diplomático foi o reconhecimento, pelos portugueses, do domínio inglês sobre os territórios da Rodésia (atuais Zâmbia e Zimbábue), em comum acordo entre as partes. A

⁴ O Canal de Suez, construído pela França em 1869, passou para mãos inglesas, em 1882.

partir de 1891, os portugueses iniciam o processo de delimitação das fronteiras de Angola, em grande parte balizada por bacias hidrográficas, cujo último marco seria fixado em 1926, em comum acordo com o governo da União da África do Sul, respeitante à linha da fronteira entre a província e o território do sudoeste da África (atual Namíbia), na época sob mandato sul-africano (SOARES, 2014).

3 INDEPENDÊNCIA E CONFLITOS PELO CONTROLE DOS RECURSOS DO TERRITÓRIO

Adquirida a independência em 1975, Angola herda dos portugueses um território com 1.246.700 km² de superfície, formado pelas bacias dos rios Cuanza, Cunene, Congo, Cubango/Okavango e Zambeze, sendo estes últimos potenciais fatores fisiográficos de integração regionais.

O Rio Cuanza pode ser chamado de "rio da integração nacional". Nasce na província de Bié, na região do Planalto Angolano, e deságua no Atlântico, a cerca de 50 km ao sul de Luanda. Com uma extensão de 960 km, o Cuanza é navegável por 258 km, desde a foz até o interior. Neste ponto, foram construídas as barragens de Cambambe e de Capanda, que produzem grande parte da energia eléctrica consumida em Luanda. As barragens também fornecem água para irrigação de plantações de cana-de-açúcar e outras culturas no vale do Cuanza (EMBAIXADA..., 2014).

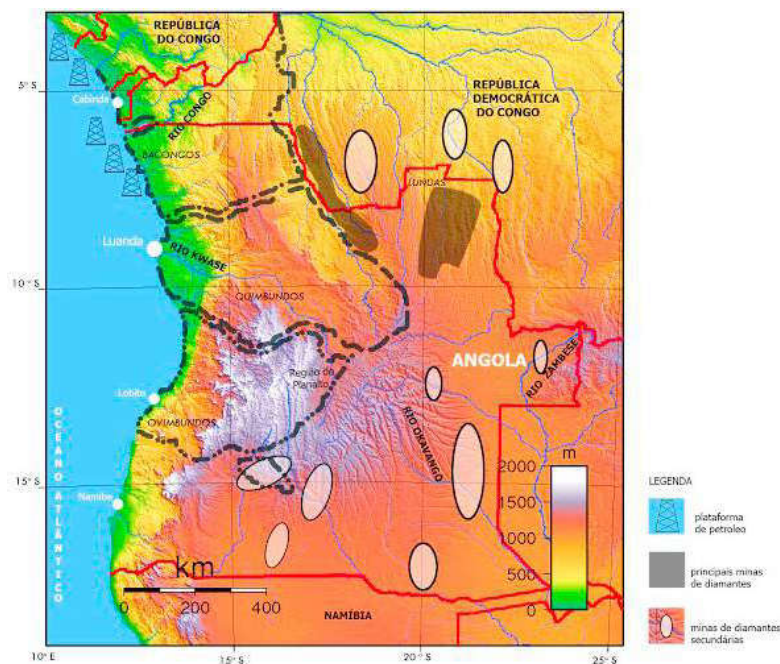
O vale do rio oferece o único acesso fácil ao interior do país, na região conhecida como "o planalto" e considerada o celeiro do país, por conta da diversidade e grande produtividade agrícola. Com uma altitude média de 1.000-1.700 metros acima do nível do mar, tem como pico culminante o Morro do Môco na Província de Huambo, a 2.620 metros de altitude.

O vale do Cuaanza e o planalto central são também o lar das duas etnias dominantes de Angola: o quimbundo (25%) e ovimbundo (37%), respectivamente.⁵ O terceiro grupo em importância,

⁵ Segundo o Instituto de Estatística de Angola (INE), Angola tinha, em 2013, 19.183.590 milhões de habitantes. Grande parte da população vive nas regiões costeiras, sobretudo em Luanda onde se estima que habitem oito milhões de pessoas, quase a metade do país.

os bacongos (13%), vivem na costa norte do país e no enclave de Cabinda, ao norte da foz do rio Congo. Os grupos étnicos do país tornaram-se o pivô dos movimentos de libertação nacional, constituídos respectivamente pela União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e pela Frente Nacional pela Libertação de Angola (FNLA). A figura 3, abaixo, apresenta a distribuição espacial dos grupos étnicos e as riquezas minerais do território angolano.

Figura 3: Distribuição espacial de grupos étnicos e riquezas naturais de Angola



Fonte: Lacoste (1995) e 18th in a series... (2012). Organizado pelo autor.

No ano da independência do país (1975), o MPLA assume o controle do Estado angolano e define, como estratégia inicial, evitar que os bacongos e ovimbundos partilhassem de uma fronteira comum, porque isso facilitaria uma aliança entre a FNLA e a UNITA, contra o seu governo. Na perspectiva do MPLA, se essa

aliança ocorresse os bacongós assumiriam o controle dos depósitos do petróleo, encontrados em sua região, e os ovimbundos teriam a produção de alimentos em suas ricas terras agrícolas. A aliança dos dois grupos, combinando poder econômico e tamanho da população, seria um fator decisivo para tomar o Estado e conquistar a vitória (18TH IN A SERIES..., 2012).

O governo do MPLA, porém, contava com um trunfo poderoso: dominava a capital Luanda, que havia sido sede do governo colonial e representava um poderoso centro de comando militar e administrativo. Além desse fator, contava com o apoio das tropas cubanas, altamente preparadas para atuar em palcos de guerra na África e firmemente engajadas no processo revolucionário de Angola. O resultado foi a primeira grande vitória do governo do MPLA, que obrigou o FNLA a recuar para sua base de apoio no Zaire (LACOSTE, 1995).

Ao estabelecer o controle sobre as terras bacongós, o MPLA passou a controlar definitivamente a produção de petróleo *offshore* de Angola,⁶ ajudando o governo a obter um recurso valioso, para continuar a lutar com o outro grupo rival muito mais forte que o FNLA – a UNITA, liderada por Jonas Savimbi. Buscando apoio dos lundenses que viviam no nordeste de Angola, junto à fronteira com o Zaire, a UNITA passou a controlar os depósitos de diamantes aluviais, encontrados naquelas províncias.

As vantagens dos diamantes aluviais é que podem ser extraídos manualmente, com trabalho de baixa qualificação. Além disso, têm alto valor de mercado, o que é ideal para o contrabando e como meio de trocas por armas e munições necessárias para a guerra. No entanto, os diamantes aluviais tem como característica a dispersão das jazidas e a pouca quantidade nelas encontradas.

6 Em Angola, o petróleo se transformou em uma grande alavanca para o desenvolvimento do país, trazendo ganhos econômicos e tecnológicos, muito embora esses ganhos ainda não tenham sido repassados para o conjunto da sociedade: 36% da população vivem abaixo da linha da pobreza e o desemprego alcança 26% da população. Para reverter esse quadro, o governo angolano tem seguido o princípio da redução progressiva da dependência da economia em relação ao petróleo e diamantes, através da aplicação do excedente na formação de capital humano e desenvolvimento de setores econômicos, em uso intensivo de mão de obra (JOVETA, 2012).

Com a continuidade da guerra, os guerrilheiros da UNITA tinham de sedispersar em demasia para buscá-los, tornando-se mais vulneráveis às forças do MPLA, cada vez mais bem equipadas e aguerridas. No início da década de 2000, as forças do MPLA conseguem tomaras faixas de terras lundenses, dispersando e destruindo as forças da UNITA (18TH IN A SERIES..., 2012).

Mesmo com a perda das suas bases nas províncias lundenses e dos diamantes que financiavam a guerrilha, Jonas Savimbi preferiu continuar a guerra e só foi definitivamente detido com a sua morte, em 2002. A partir desse ano, a UNITA entrou em negociações de paz com o MPLA e a guerra finalmente terminou.

Para o MPLA, a vitória sobre a UNITA significou o controle definitivo dos diamantes do país, propiciando ao MPLA um novo fluxo de renda que só eles – com maior capacidade de capital e acesso a mercados externos – poderiam tocar. No concerto africano, Angola é o terceiro produtor de diamantes, com oito milhões de quilates por ano, atrás de Botsuana e da República Democrática do Congo, em termos de quantidade, e de Botsuana e África do Sul, em termos de qualidade. Os recursos diamantíferos foram fatores importantes no envolvimento do Zaire e da África do Sul no conflito angolano. Ambos atuavam na compra e comercialização dos diamantes contrabandeados pelos guerrilheiros da UNITA. O Zaire era também um grande produtor de diamantes e a empresa sul-africana *De Beers*, que ficou famosa nos anos 1980 com a campanha “os diamantes são eternos”, chegou a controlar 90% do comércio de diamantes de alta qualidade no mundo.

4 A POSIÇÃO PIVOTAL DE ANGOLA NA ÁFRICA CENTRAL E AUSTRAL

“Angola é e será trincheira firme da revolução em África. Na Rodésia, na África do Sul e na Namíbia está a continuidade da nossa luta”.

A frase acima, dita pelo presidente Agostinho Neto (1975-1979), após a independência do país, resumiu a disposição do governo angolano em confrontar militarmente os países hostis ao seu regime político (VAN-DUNEN, 2010).

Posicionada entre a África Austral e Central, palcos dos principais conflitos engendrados pela "Guerra Fria", Angola enfrentou ferrenha oposição de seus vizinhos, que consideravam o seu regime de governo socialista uma ameaça grave à "estabilidade" regional. Países como o Zaire e a África do Sul apoiaram ostensivamente os grupos de oposição ao MPLA, sobretudo a UNITA de Jonas Savimbi.

O Zaire, sob o governo do ditador Mobuto Sese Seku (1965-1997), tinha forte suporte militar e financeiro dos EUA, da França e da Bélgica. A pretexto de lutar contra os regimes pró-soviéticos, Mobuto procurou intervir na política angolana, seja apoiando o colonialismo português nas guerras de independência, seja apoiando os grupos de oposição ao governo marxista do MPLA. Esse apoio consistia em fornecer armamentos e ajudar na montagem das redes comerciais de diamantes, contrabandeados ao longo dos 2.511 km da fronteira norte de Angola. Coberta por savanas arborizadas e desprotegidas militarmente, essa região fronteira funcionou como um refúgio ideal para os ataques de retaguardas da UNITA (FRANCISCO, 2013).

A África do Sul, por sua vez, foi o país mais hostil ao governo do MPLA. A partir de bases militares instaladas no território sul-africano da África do Sudoeste (atual Namíbia), na fronteira sul de Angola, a África do Sul treinava as forças da UNITA e lançava seus ataques ao território angolano, causando sérios danos às estruturas econômicas do país. A alegação para os ataques era de que o país abrigava forças hostis ao governosul-africano, como os integrantes do Movimento para a Libertação da África do Sudoeste (SWAPO) e do Congresso Nacional Africano (CNA), incluindo o atual presidente Sul-Africano, Jacob Zuma, durante sua luta contrao *apartheid*.

Outra alegação, a mesma utilizada pelo Zaire, era a necessidade de frear o avanço comunista na região, mas a peculiaridade é que caberia à África do Sul o papel de guardião dos valores ocidentais e cristãos, na região. Através desse discurso, a África do Sul conquistou o apoio de governantes americanos, sobretudo Ronald Reagan, que liderou uma intensa cruzada anti-comunista na África, ao longo da década de 1980 (PENHA, 1998).

Porém, tanto no Zaire como na África do Sul, as forças angolanas, em cooperação militar com outros países, atuaram decisivamente para conquistar a vitória e derrotar os respectivos regimes. No primeiro caso, registra-se que, entre 1996 e 1997, inicia-se a Primeira Guerra do Congo. O presidente Mobuto, sem o apoio do Ocidente face ao novo contexto mundial com o fim da ameaça comunista, perde o poder e asila-se no Marrocos. As tropas de Angola, em conjunto com as de Ruanda, Burundi e Uganda, invadem o país, em apoio ao novo governo de Laurent Kabila (1997-2001). Esse foi apenas o começo de um conjunto de operações militares que os angolanos passaram a realizar na região da África Central, sob o pretexto de garantir maior estabilidade regional (CASTELLANO DA SILVA, 2011).

No caso da África do Sul, a batalha de Cuito Canevale foi decisiva para derrotar o regime racista do país. Nessa batalha, ocorrida entre 15 de novembro de 1987 e 23 de março de 1988, as forças armadas sul-africanas e grupos armados da UNITA se enfrentaram com o exército cubano e com as forças angolanas do MPLA. O resultado dos acordos estabelecidos, após a vitória angolana, foi a retirada imediata das tropas sul-africanas e cubanas do território angolano. O passo seguinte foi a independência da Namíbia, o que ocorreria em 21 de março de 1990.

Sobre a batalha, assim se expressou o então presidente Nelson Mandela: “Cuito Cuanevale foi a virada para a luta de libertação do meu continente e de meu povo do flagelo do *apartheid*” (MILLS; WILLIAMS, 2006). As palavras de *Madiba* lembraram o discurso de Fidel Castro na Cúpula dos Não-Alinhados, realizada na cidade de Havana, em 1986, quando o líder cubano assegurou que as tropas cubanas ficariam em Angola até o fim do *apartheid* (JOVETA, 2012). Promessa cumprida, reconhecimento obtido: na cerimônia fúnebre de Nelson Mandela, em Pretória, não passou despercebida a reverência feita pelo primeiro presidente afro-americano dos EUA, Barack Obama, ao líder cubano Raul Castro.

As relações bilaterais entre Angola e a África Sul, durante o período Mandela (1994-1999), foram bastante profícuas, mas, sob o governo de Thabo M'Beki (1999-2008), houve algumas divergências, sobretudo no tocante à forma como a Comunidade

de Desenvolvimento da África Austral (SADC, em inglês) deveria atuar nos conflitos da República Democrática do Congo (RDC). Angola, Namíbia e o Zimbábue foram favoráveis à intervenção militar, com anuência da União Africana e da ONU, mas a África do Sul se posicionou contrária.

Angola tem dado especial atenção ao tema da segurança regional, como meio fundamental de garantia da ordem interna, o que talvez explique o seu papel intervencionista na África Central. Um exemplo disso foi a participação das Forças Especiais Angolanas, na República do Congo, para ajudar a derrubar o ex-presidente Pascal Lissouba e apoiar a posse do atual presidente Denis Sassou Nguesso. Lissouba apoiou a UNITA, durante a década de 1990, e persiste o temor de que a RDC e a República do Congo possam apoiar, em algum momento, os separatistas bacongos do enclave angolano de Cabinda. Nesse caso, a presença das forças de segurança angolanas, em Cabinda, não é apenas para controlar os separatistas bacongos, mas também para intimidar os vizinhos (18TH IN A SERIES..., 2012).

De modo geral, é consenso entre os países da Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC), entidade da qual Angola faz parte desde 1999, a necessidade de reunir esforços para diminuir e solucionar os conflitos na África Central. Pensando nisso, esses países procuraram desenvolver setores integrativos de segurança na instituição como o Conselho de Paz e Segurança da África Central (COPAX), o regulamento interno da Comissão de Defesa e Segurança (CDS), o regulamento interno da Força Multinacional da África Central (FOMAC) e o regulamento interno do Mecanismo de Alerta Rápido da África Central (MARAC) (JOVETA, 2012).

Na África Austral, as boas relações diplomáticas mantidas com atual governo de Jacob Zuma têm permitido a ambos os países trabalharem juntos para manter a região austral como zona politicamente estável e promover o aprofundamento da integração no âmbito da SADC. Entretanto, existe o temor de que Angola desenvolva um poder de influência regional que rivalize com o da África do Sul.

A África do Sul é o país mais rico em capitais do continente. Dispõe também de grandes jazidas de ouro e diamantes, um grande parque industrial e contingentes populacionais que a tornam imbatível na região. Além disso, a África do Sul tem expandido seu poder de influência sobre grande parte da África Central e Austral, através do financiamento de projectos rodoviários e ferroviários, que ligam os países da região aos portos africanos (PENHA, 1998).

Angola é o único país da SADC que construiu seu sistema de ferrovias separado da África do Sul. Atualmente, graças aos recursos obtidos com os diamantes e o petróleo, tem procurado obter maior influência junto ao seu *hinterland*. Em parceria com a China, desenvolve projetos de bilhões de dólares de investimentos em estradas e portos, exercendo um poderoso poder de atração sobre a Namíbia, Zâmbia e Zimbábue. Além disso, Angola tem muito petróleo, recurso natural que a África do Sul e demais países da região não tem. Com atuais 1,9 milhões de barris/dia, o país é um dos maiores produtores desse recurso não renovável da África, ao lado da Nigéria e do Sudão. A localização das jazidas, somada à capacidade de produção, inseriu o país no sistema regional do Golfo da Guiné, com profundos desdobramentos geopolíticos para o país.

5 O PETRÓLEO E A PROJEÇÃO DE ANGOLA NO GOLFO DA GUINÉ

Em termos geográficos, o Golfo da Guiné se define como uma reentrância da costa ocidental da África, de contornos mal definidos, mas com características similares, em termos climáticos, paisagísticos e culturais. Do ponto de vista geopolítico, passou a ser concebido como uma região rica em recursos petrolíferos, que se estende desde a Nigéria até Angola.

O diplomata angolano Eduardo Beny (2007) chegou a afirmar que está em gestação uma nova geopolítica do petróleo, com a gradual transferência do Golfo Pérsico ao Golfo da Guiné, como novo centro de produção petrolífera e com todo o potencial de conflitos que isso acarreta. A proximidade geográfica com os

centros consumidores e o fato de as jazidas de petróleo estarem relativamente distantes da costa são fatores que podem facilitar o seu controle por parte das grandes potências mundiais. Em termos geoestratégicos, a Ilha de Ascensão funcionaria como plataforma de projeção de poder equivalente à Ilha de Diego Garcia, no Índico.

Os EUA, cientes da importância da região para a sua segurança energética, desenvolveram um projeto denominado *Guarda do Golfo da Guiné*, em que preveem que o fornecimento de petróleo africano subiria dos atuais 15%, para um patamar entre 25% e 35%, até 2020. Os principais objetivos deste projeto são: melhorar a segurança física dos portos da região; promover a segurança coletiva e de cooperação marítima; estabelecer uma rede de comunicações e controle dos navios e das suas movimentações (instalado nas ilhas de São Tomé e Príncipe); e exercer um controle mais direto, em Angola e Nigéria, os dois grandes produtores de petróleo, com maior influência regional (BENY, 2007).

Apesar do interesse em Angola, os EUA nunca esconderam sua desaprovação ao governo do MPLA. Quando o presidente de Angola fez apelo à comunidade internacional para ajudar a reconstruir o país, logo após o fim da guerra civil, os EUA recusaram-se, alegando que o governo não havia sido transparente na prestação de contas referentes à produção e venda de petróleo e diamantes. A China e o Brasil, em compensação, rapidamente atenderam ao pedido para investirem na reconstrução do país. Como primeira medida, o Brasil providenciou ajuda para a conclusão da hidrelétrica de Capanda, que havia sido paralisada por conta da guerra no país (JOVETA, 2012).

Angola é o maior parceiro comercial da China, na África, desde 2008, com trocas comerciais avaliadas em 25 bilhões de dólares, cuja grande parte está assentada no comércio de petróleo (FERNANDES, 2011). O petróleo, nesse sentido, passou a ser o elemento chave no comércio bilateral: os créditos para as infraestruturas são revertidos em petróleo; o comércio é dominado pelas importações de petróleo; e os grandes investimentos da China, no país, estão direcionados para a indústria petrolífera (FERNANDES, 2011).

Em teoria, a importância do petróleo para o desenvolvimento da sociedade angolana e o interesse nacional na sua exploração e no controle das jazidas localizadas em sua ZEE pressupõem que o país tende a incorporar, cada vez mais, a dimensão marítima na sua política de Estado, tanto na construção de meios navais próprios como na execução de políticas de segurança marítima.

Entretanto, os efetivos navais angolanos – compostos de 1.000 militares, 11 lanchas costeiras e quatro navios patrulhas – não parecem ser suficientes para garantir a segurança efetiva de seus interesses marítimos. Isso talvez explique o fato de o país buscar parceria com a Nigéria, que enfrenta as mesmas dificuldades, para fomentar uma cooperação regional em segurança marítima. A Comissão do Golfo da Guiné (CGG) foi um dos resultados desta parceria. Sugerida pela Nigéria, em 1999, a CGG só foi formalizada em 2007, tendo como principais objetivos a prevenção e a resolução de conflitos, definição de estratégias de segurança marítima e a gestão das riquezas petrolíferas.

A iniciativa de criação da CGG representou, antes de tudo, a tomada de consciência da importância do Golfo da Guiné, como produtor mundial de petróleo implicando, conseqüentemente, um novo realinhamento político-estratégico regional e continental. Na figura 4, abaixo, aparecem os países membros da CGG, formada por Angola, Camarões, Gabão, Guiné Equatorial, RDC, República do Congo e São Tomé e Príncipe. Reunindo países da África Central e Ocidental, a CGG, em conjunto, produz mais de cinco milhões de barris de petróleo por dia (ROYAL..., 2012).

Figura 4: Países signatários da Comissão do Golfo da Guiné



Fonte: Penha (2015)

Angola assumiu a presidência da CGG, em 2008, com o compromisso de tornar esta região um espaço geopolítico, com importância estratégica no cenário da África Central e Continental. Esta posição angolana está totalmente afinada com o preceito da União Africana, no qual os conjuntos regionais constituem os elos essenciais para uma África integrada e solidária, mas também resulta de um reconhecimento internacional da capacidade do país em liderar processos de cooperação regional.

O protagonismo angolano decorre de três aspectos. O primeiro deles tem a ver com a dificuldade nigeriana de assumir a liderança da comissão, num contexto de crise de credibilidade internacional, vivenciada pelo "gigante africano". O segundo aspecto, resulta do ativismo diplomático do país, bem representado pelo presidente José Eduardo dos Santos, com boa entrada no cenário político africano e reconhecido pelas suas ações a favor da paz e da estabilidade na região. O terceiro aspecto tem razões

empresariais. A empresa estatal de petróleo *Sonangol* tem servido como instrumento para uma bem sucedida “diplomacia econômica”, através de assessorias junto aos países lusófonos e de participação na indústria petrolífera de outros países africanos. No plano interno, a empresa tem atuado na constituição de grupos econômicos privados e investido parte dos seus lucros em outros setores de atividades, como bancos, seguros, transportes aéreo e marítimo, telecomunicações, etc (JOVETA, 2012).

Angola perfila-se, assim, como o país mais estável e com melhores credenciais democráticas da região. Por isso também, tem aumentado as pressões dos países ocidentais para que assuma maiores responsabilidades, no tocante à segurança do Golfo da Guiné, inclusive com ameaças de retirada de investimentos das suas empresas petrolíferas do país (ROYAL..., 2012).

Para os países ocidentais, a principal ameaça à segurança do transporte e abastecimento de petróleo é a pirataria. O Golfo da Guiné tem sido considerado como uma das regiões mais perigosas da África, por conta da pirataria marítima e dos assaltos à mão armada contra os navios (GUEDES, 2013). Calcula-se que entre 2003 e 2011, 30% dos ataques sofridos em águas africanas ocorreram no Golfo da Guiné, principalmente na Nigéria. O problema é saber até que ponto o combate à pirataria também não é uma porta de entrada para justificar a intervenção das potências mundiais na região.

“Quem tem o Golfo da Guiné tem a África na mão”. O velho adágio colonial é lembrado aqui, para definir a importância que o Golfo da Guiné tem despertado entre os países ocidentais. Além do petróleo e o gás, os países da região também são ricos em diamantes, ouro, urânio, manganésio, níquel, alumínio, cobalto e cobre. Outras riquezas importantes são as reservas de petróleo da camada do Pré-sal, os minerais dos fundos marinhos e os recursos pesqueiros, em vias de esgotamento noutras regiões do globo. Em termos de biodiversidade, a bacia do Congo é, depois da Amazônia, a segunda maior zona de florestas úmidas, equivalente, portanto, à nossa Amazônia Verde.

Nesse sentido, a importância estratégica do Golfo da Guiné pode também ser vista no contexto mais alargado do Atlântico Sul, englobando a costa sul-americana que, em conjunto, tem se

posicionado como a nova "fronteira de recursos" para o mundo industrializado. Esta fronteira está focada nas reservas de petróleo do Golfo da Guiné e da plataforma continental brasileira, estimadas em 60 a 70 bilhões de barris, em cada lado (PENHA, 2011b).

O petróleo angolano foi o principal fator de aproximação com o Brasil, no contexto da independência em 1975. Primeiro país a reconhecer o governo marxista do MPLA, o Brasil tornou-se também um dos maiores parceiros comerciais de Angola, com estoque de investimentos na ordem de US\$ 4 bilhões, sobretudo, na área de engenharia pesada e serviços.

As empresas brasileiras atuantes no país – a Petrobrás, a Vale e as construtoras Andrade Gutierrez, Odebrecht, Camargo Corrêa e Queiroz Galvão – são as que mais empregam funcionários angolanos, permitindo o desenvolvimento de capacidades locais e, como consequência, na melhoria da qualidade dos serviços e produtos (PENHA, 2011a).

A Petrobrás, graças ao seu *savoir faire* na tecnologia de exploração de petróleo em alta profundidade, tem atuado no mapeamento da camada de Pré-sal de Angola, conforme pedido solicitado pelo Ministro da Defesa, Van-Dunen, em 2010. O Pré-sal é um conjunto de rochas sedimentares, sob a camada de sal no mar, formado em condições paleogeográficas especiais no Atlântico Sul, com grande potencial para armazenamento de hidrocarbonetos. No litoral angolano, a camada do Pré-sal situa-se entre dois e cinco mil metros, abaixo do nível do mar e tem uma área semelhante à do Brasil, que é de 700 quilômetros de comprimento (CASTRO, 2010).

Segundo Domingos Cunha, responsável da Sonangol em Luanda, o mapeamento da plataforma continental permite provar a teoria de que as costas de Angola e do Brasil são uma espécie de espelho uma da outra. "Os resultados que temos até agora mostram uma qualidade do petróleo semelhante, em Angola e no Brasil", disse o responsável, em entrevista à imprensa. As estimativas são de que a produção de petróleo em Angola pode duplicar, nos próximos 15 anos, considerando que o Pré-sal angolano pode ter a mesma quantidade esperada no Brasil – cerca de 4 milhões de barris por dia –, em cada lado (ANGOLA APOSTA..., 2013).

Nesse sentido, segundo o Vice-Almirante da Marinha angolana, Antonio Valentim (2007), as atividades petrolíferas *offshore* valorizaram o Atlântico Sul do ponto de vista geoestratégico. A presença de ilhas espalhadas desde Cabo Verde, São Tomé e Príncipe até as ilhas meso-oceânicas e Malvinas, de administração inglesa, reforça a importância geoestratégica desta bacia e a facilidade do seu controle militar por parte das potências marítimas.

É, portanto, no âmbito do Atlântico Sul, que as aspirações de Angola de garantir um espaço mais abrangente de segurança e desenvolvimento vão se materializar, graças às suas iniciativas de criação e revitalização da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), em parceria com o Brasil.

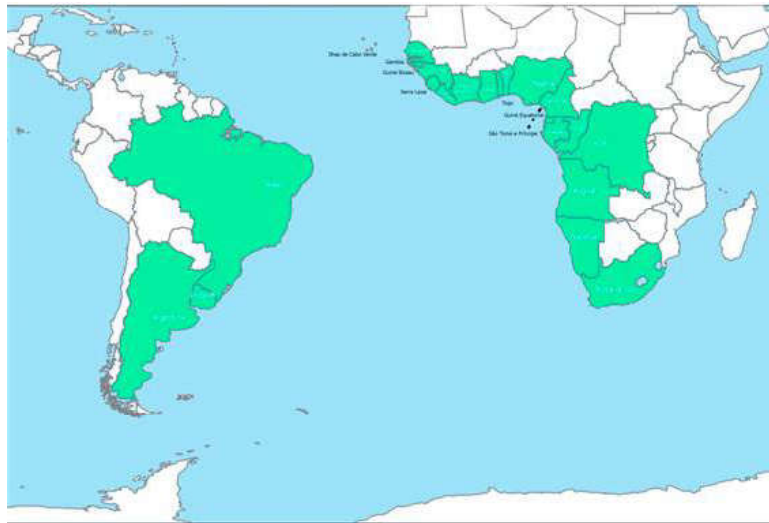
6 A ZOPACAS E A BACIA DO ATLÂNTICO SUL

A iniciativa da ZOPACAS materializou-se como resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas de nº 41/11, em 27 de outubro de 1986. O principal objetivo da Resolução foi a promoção da paz e da cooperação, entre os povos da região sul atlântica, ou a paz como objetivo maior e a cooperação como instrumento ou meio, para atingir esse fim. Surgida no contexto da “Guerra Fria”, para se opor ao projeto de militarização proposto pela África do Sul, a Argentina e os Estados Unidos, a ZOPACAS sofreu um forte esvaziamento, desde a década de 1990, no contexto da globalização econômica.

Na década de 2000, contudo, Angola deu uma importante contribuição à revitalização da entidade, ao propor a “iniciativa de Luanda”, um conjunto de eventos governamentais que desembocaria na VII Reunião Ministerial, ocorrida na capital angolana, nos dias 18 e 19 de junho de 2007. No documento apresentado no final da reunião, além de revitalizar os objetivos anteriores, pleiteou-se a reforma do Conselho de Segurança da ONU, para torná-lo mais representativo dos países em desenvolvimento e um regime comercial global mais justo e equitativo. Nesse aspecto, os 24 países reconhecem o potencial para o comércio dentro da ZOPACAS e se mostraram dispostos a enviar esforços, para aumentar os fluxos de investimentos entre

as duas margens do Atlântico Sul. Também se sublinhou "direitos inalienáveis" na reserva de recursos para a pesquisa, produção e uso de energia nuclear, para fins pacíficos (PENHA, 2011b). No mapa abaixo, aparecem, em destaque, os 24 países signatários da ZOPACAS.

Figura 5: Países signatários da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul



Fonte: Penha (2015).

A questão nuclear refletiu uma mudança de pensamento relativo à energia nuclear, até então, encarada com severas desconfianças, pois poderia encobrir possíveis intenções de desenvolvê-la, para fins militares. As desconfianças geradas pelo desenvolvimento da energia nuclear brasileira até recentemente são um exemplo dessa atitude, sobretudo, por parte dos EUA, em sua cruzada para impedir o Irã de desenvolver seu programa nuclear. No contexto do Atlântico Sul, essas desconfianças são mitigadas, considerando que os países da região são signatários dos tratados de Tlatelolco (no caso da América do Sul) e Pelindaba (no caso da África).

Quatro meses depois da reunião em Luanda, os EUA criaram o *United States Africa Command* (ou AFRICOM). Nos documentos do novo comando, são identificados cinco grandes interesses,

no âmbito da estratégia americana, para África: petróleo e comércio global, segurança marítima, conflitos armados, terror e doenças. Dentre os objetivos, encontra-se combater o terrorismo e a pirataria, através de exercícios navais em cooperação com as Marinhas dos países ribeirinhos. Os EUA ainda não encontraram uma sede para esse comando, por conta da relutância dos países africanos em abrigá-lo e muito devido às desconfianças quanto aos seus reais objetivos (PENHA, 2011b). Do lado sul-americano, um mês depois do anúncio da criação do Conselho Sul-Americano de Defesa – integrado a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) –, em maio de 2008, os EUA anunciam o relançamento da IV frota que estava desativada, desde 1950. Para os governos dos países sul-americanos, o que está por trás dessa iniciativa é o interesse dos EUA em contestar os regimes de esquerda da região e conter a expansão da fronteira marítima brasileira de 350 milhas, onde se encontram as imensas reservas de petróleo da plataforma continental. Nos dois casos, é patente o interesse da grande potência, em inibir qualquer iniciativa de formação de blocos de poder no Atlântico Sul (PENHA, 2011b).

Na VII reunião da ZOPACAS, realizada em Montevidéu, nos dias 16 e 17 de janeiro de 2013, houve maior atenção dada aos temas de defesa e segurança, evidenciada pela própria presença dos Ministros da Defesa dos países-membros. Esta foi a primeira vez em que eles foram chamados à reunião da entidade, desde que foi criada, em 1986. Durante o encontro, representantes de nações africanas lembraram alguns dos sérios problemas que vêm enfrentando na atualidade, como pirataria, tráfico de drogas e terrorismo internacional, abrindo caminhos para intervenções externas no continente.

Em seu discurso, durante a reunião plenária do encontro, o Ministro da Defesa brasileiro, Celso Amorim, destacou a importância de se ampliar a cooperação para defesa, entre os países do foro. Apontou ainda que a relevância das iniciativas bilaterais e multilaterais, na área de defesa, no contexto da ZOPACAS, não restringe o combate direto aos crimes que assolam o Atlântico Sul. “Essas mesmas atividades ilícitas podem atrair, de maneira negativa para nossa área, a presença de intervenções externas”, alertou.

"Se nós não nos ocuparmos da paz e segurança no Atlântico Sul, outros vão se ocupar. E não da maneira que nós desejamos: com a visão de países em desenvolvimento que repudiam qualquer atitude colonial e neocolonial" (ZOPACAS..., 2013).

A sobrevivência da ZOPACAS vai depender, em grande medida, da capacidade dos países ribeirinhos em fusionar o Atlântico Sul numa mesma dimensão estratégica. Os dispositivos militares postos em prática pelos EUA, como o AFRICOM e a IV Frota, apesar de garantir a segurança energética deles e dos europeus, contribuem para fragmentar as linhas de ação estratégica dos países do Atlântico Sul. Com isso, desenvolver um pensamento estratégico uniforme será efetivamente uma tarefa complexa, ainda mais se considerarmos a obsolescência das marinhas dos países da região (PENHA, 2011b).

Apesar destas dificuldades, a ZOPACAS revitalizada pode se constituir num fórum privilegiado de reflexões e ações, não só relativo aos esforços de integração regional, mas como meio de assegurar a defesa e segurança dos países sul atlânticos. A proposta do ministro Celso Amorim de organizar ações que visam a fortalecer a cooperação em matéria de defesa é um primeiro passo de um longo caminho para transformar o Atlântico Sul numa bacia de segurança. Um segundo passo é tornar a ZOPACAS o fórum central de articulação entre as organizações regionais de todo o Atlântico Sul, envolvendo MERCOSUL, CEEAC, CDAA-SADC e CEDEAO. O resultado seria a formação de uma bacia econômica no Atlântico Sul, tendo Angola e Brasil como grandes protagonistas deste novo bloco de poder, no mundo pós-globalizado.

7 À GUIA DE CONCLUSÃO

Angola tem se destacado como um caso surpreendente de um país africano que foi explorado, durante cinco séculos de colonização, sofreu uma das mais longas e sanguinolentas guerras civis da África⁷ e hoje é uma das economias mais pulsantes do continente, muito graças às receitas da exploração do petróleo.

7 A "Guerra do Congo", como é conhecida, já matou seis milhões de pessoas desde que começou, em 1996, e destruiu a infraestrutura do país. Ver mais em: <http://www.defesaaereanaval.com.br/?p=30848>.

As parcerias estratégicas estabelecidas pelo governo do MPLA, desde a década de 1970, também são aspectos notáveis que ajudam a explicar as assertivas que resultaram na coesão territorial e na afirmação da paz como objetivo nacional permanente. Nessa direção, listam-se as inúmeras alianças do país, segundo os seus objetivos: com Cuba, para assegurar a vitória do processo revolucionário e se afirmar geopoliticamente no contexto regional; com a Nigéria, para se projetar na região petrolífera do Golfo da Guiné, através da CGG; com a China, para fomentar o desenvolvimento econômico e reconstrução de infraestrutura; e com o Brasil, para encetar parcerias econômicas e técnicas, além consolidar a formação de uma zona de paz e cooperação, embrião de uma futura bacia econômica.

“Angola, no alvorecer do século XXI, almeja ser um país modelo em África e uma potência regional”: assim se expressou o presidente José Eduardo dos Santos, em pronunciamento feito ao corpo diplomático do país (FRANCISCO, 2013). Segundo esta perspectiva, ao afirmar-se nacionalmente, a vocação de Angola seria irradiar os benefícios dessa união para toda a região.

Em seu livro, *Angola - Potência Regional em Emergência*, publicado em 2011, o pesquisador luso-angolano, Eugênio da Costa Almeida, procura analisar essa possibilidade contextualizando-a, dentro dos processos de integração conduzidos pela União Africana. A questão central colocada pelo autor é saber se há possibilidades de coexistir, simultaneamente, processos integrativos regionais e potencialização de Estados-Diretores. Segundo ele, a compatibilização dos interesses das potências regionais no quadro da União Africana, nesse caso, poderá ser feita “desde que seja, e continue a ser, do interesse das grandes potências globais e sirva, simultaneamente, para impedir a existência ou predomínio hegemônico de um único actor potencial em África” (ALMEIDA, 2011).

Os Estados-Diretores da África subsaariana seriam: a África do Sul – com 51 milhões de habitantes e PIB de US\$ 384 bilhões; a Nigéria – com 170 milhões de habitantes e PIB de US\$ 509 bilhões; e a RDC – com 65 milhões de habitantes, um PIB de apenas US\$ 18 bilhões e passando por uma situação de colapso econômico,

por conta da guerra. Por isso, a RDC ainda é uma incógnita, muito embora os 2.345.409 km² de área territorial do país (o maior da África subsaariana), rico em potencial energético e minerais nobres, representem fatores promissores para um grande desenvolvimento do país, esperado para um futuro próximo.

Em termos quantitativos e comparativos, Angola – com 20 milhões de habitantes e PIB de US\$ 114 bilhões – projeta-se como potência regional da África Central, ocupando momentaneamente o vazio deixado pela RDC. Nessa perspectiva, a sua condição de potência continental deve-se ao peso de sua influência político-diplomática, nos três blocos geopolíticos africanos, designadamente a África Austral, Central e o Golfo da Guiné. Por possuir elos comuns, Angola estaria capacitada para promover uma maior articulação entre as três regiões.

Um exemplo disso seria o redimensionamento geopolítico da logística regional. Nessa direção, a recente recuperação da "Estrada de Ferro de Benguela" pelo governo angolano tem sido vista, no âmbito da SADC, como um passo importante para acelerar o processo de integração regional (PENHA, 2011a). Com a regularização da ligação junto aos sistemas ferroviários da RDC e da Zâmbia, passa a ser possível, a partir da capital Lusaka, chegar à cidade da Beira (Moçambique) e a Dar Es-Salaam (Tanzânia), no Oceano Índico (CAMINHO-DE-FERRO..., 2012). A formação desse corredor terrestre, ligando os oceanos Atlântico e Índico, pode representar um novo mapa da África Centro-austral (o Mapa Cor-de-Rosa), invertendo o significado do plano original: agora, seriam os países cobertos pela rede de transportes que se beneficiariam dos resultados da integração.

Outro resultado importante desse novo mapa seria a criação de um novo eixo geopolítico, em pleno *heartland* africano, em detrimento das passagens marítimas (Suez e Cabo), nesse caso, também invertendo os efeitos nocivos de cercamento, isolamento e colonização do continente, que a construção do Canal de Suez ajudou a provocar.

A partir desse redimensionamento geopolítico, seria possível prever uma fusão das comunidades econômicas da África Austral e Central numa única entidade, valendo-se do fato de que tanto

Angola como a RDC fazem parte das duas associações regionais, respectivamente a SADC e a CEEAC. Essa proposta, balizada pelas premissas da União Africana de buscar como meta a integração continental, beneficiaria todos os países, através da unificação de fluxos e de mecanismos de segurança regional, que atuariam na prevenção e resolução de conflitos. Isso permitiria, por exemplo, evitar o isolamento da RDC, através de sua inserção ao sistema produtivo regional.

Angola tem uma missão a cumprir – realizar o seu *national interest* em conformidade com a desejada unidade africana, em prol da paz, da democracia e do desenvolvimento (ALMEIDA, 2011). Neste particular, o interesse nacional angolano também se manifesta nas águas do Atlântico Sul, através do protagonismo angolano na criação e no desenvolvimento da CGG e ZOPACAS. Mais uma vez, Angola soube fazer valer sua posição de charneira, lançando mão da estratégia de potencializar sinergias, na realização de interesses multilaterais e no estabelecimento de zonas de influências, no continente e no mar.

REFERÊNCIAS

18TH in a series of monographs on the geopolitics of countries influential in world affairs. **Stratfor**, 12 may. 2012. Disponível em: <<http://www.stratfor.com/sample/analysis/geopolitics-angolaexception-african-geography>>. Acesso em: 12 abr. 2014.

ALMEIDA, E. C. **Angola**: potência regional em emergência. Lisboa: Colibri, 2011.

ANGOLA aposta forte no Pré-Sal. **Angonotícias**, Angola, 31 out. 2013. Disponível em: <<http://www.angonoticias.com/Artigos/item/40404/angola-aposta-forte-no-pre-sal>>. Acesso em: 20 mai. 2014.

BENY, E. **A nova geopolítica do petróleo**: do Golfo Pérsico ao Golfo da Guiné. Lisboa: Imbondeiro, 2007.

CAMINHO-DE-FERRO dinamiza negócios. **ANIP**, 2012. Disponível em: <<http://www.anip.co.ao/index.php?pag=conteudos&id=168>>. Acesso em: 22 mai. 2014.

CASTELLANO DA SILVA, I. **Guerra e Construção do Estado na RDC**. 2011. 178f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

CASTRO, E. Angola quer ajuda da Petrobrás para mapear o pré-sal africano. **Agência Brasil**, 30 nov. 2010. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2010-09-20/angola-quer-ajuda-da-petrobras-para-mapear-pre-sal-africano>>. Acesso em: 06 nov. 2016.

CASTRO, T. **Estudos de Geo-História**. Rio de Janeiro: Record, 1982.

EMBAIXADA de Angola. **Geografia de Angola**. 2014. Disponível em: <<http://www.angolanembassy.gr/Portugues/GEOGRAFIA.htm>>. Acesso em: 20 mai. 2014.

FERNANDES, C. Contributo de Angola para a segurança chinesa. **Revista Nação e Defesa**, Lisboa, n. 128, p. 159-182, 2011.

FRANCISCO, A. A. C. **A política externa de Angola durante a guerra fria (1975-1992)**. 2013. 129f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

GUEDES, H. P. P. Pirataria marítima fora de controle no Golfo da Guiné. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 133, n. 07-09, s/p., 2013.

JOVETA, J. **Política Externa de Angola: Novos regionalismos e relações bilaterais com o Brasil**. 2012. 291f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

LACOSTE, Y. (Dir.). **Dictionnaire de Géopolitique**. Paris: Flammarion, 1995.

MARY, C. P. **Geografias Pátrias: Portugal e Brasil -1875/1889**. Niterói-RJ: EdUFF, 2010.

MILLS, G.; WILLIAMS, D. **Battles that shaped South Africa**. Cape Town: Tafelberg, 2006.

NOWELL, C. **The Rose-colored map**: Portugal attempt to build an African empire from the Atlantic to the Indian Ocean. Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1982.

PENHA, E. A. A nova política externa sul-africana e suas implicações para os países lusófonos da África Austral. **Revista Africana**, Porto, n. 19, p. 139-152, 1998.

_____. Geopolítica e Logística de Transportes na África Subsaariana. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 07, n.13, p. 261-278, 2011a.

_____. **Relações Brasil-África e geopolítica do Atlântico Sul**. Salvador: EDUFBA, 2011b.

_____. Somos todos americanos?: Unidade continental e diversidade regional nas américas. **Cadernos PROLAM/USP**, São Paulo, v. 14, p. 65-78, 2015.

PEREIRA, Rui P. A nova realidade da presença chinesa em Angola e suas implicações para Portugal. **Revista Nação e Defesa**, Lisboa, n. 128, p. 183-214, 2011.

RAMOS, R. *et alli*. **História de Portugal**. Lisboa: Esferas do Livro, 2009.

ROYAL Institute of International Affairs (RIIA). **Angola e o Golfo da Guiné Rumo a uma Estratégia Marítima Integrada**, nov. 2012. Disponível em: <http://www.chathamhouse.org/sites/default/files/public/Research/Africa/1112confreport_portuguese.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2013.

SANTOS, Ma. E. M. Os africanos e o mar à chegada dos portugueses (Costa Ocidental). In: INTERNATIONAL ASSOCIATION OF RESEARCH INSTITUTE IN HISTORY OF ART, 2., 1996, Lisboa. **Anais...** Lisboa: s/ed., 1996. p. 83-87. Disponível em: <<http://beta.casadasafricas.org.br/img/upload/347117.pdf>>. Acesso em: 06 nov. 2016.

SOARES, F. M. **Acordo sobre a delimitação da fronteira de Angola**. Lisboa: Fundação Mário Soares, 2014. Disponível em: <<http://www.fmsoares.pt/aeb/crono/id?id=00111>>. Acesso em: 02 mai. 2014.

VALENTIM, A. Angola e o valor estratégico do Oceano Atlântico. **Revista Marinha**, Luanda, ano 5, 11.ed, s/p., 2007

VAN-DUNEM, B. Geopolítica e geoestratégia angolana, 13 set. 2010. Disponível em: <<http://berlarminovandunem.blogspot.com.br/2010/09/geopolitica-e-geoestrategia-angolana.html>>. Acesso em: 15 abr. 2014.

VISENTINI, P. F. **A África na Política Internacional**. Curitiba: Juruá Editora, 2012.

ZOPACAS – Amorim propõe ações para fortalecer cooperação em Defesa. **Defesanet**, 16 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/geopolitica/noticia/9322/ZOPACAS---Amorim-propoe-aco-es-para-fortalecer-cooperacao-em-Defesa/>>. Acesso em: 06 nov. 2016.